

Eventos sobre acessibilidade são acessíveis?

Are accessibility events accessible?

DOI:10.34117/bjdv7n2-079

Recebimento dos originais: 21/01/2021

Aceitação para publicação: 05/02/2021

Felipe Vieira Monteiro

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas pela FEBF/UERJ
Endereço: Rua Dom Pedro I, 451/104 – Resende – RJ
E-mail: consultorfelipemonteiro@gmail.com

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas FEBF/UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão/UFF
Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524 - Sala 12023 - 12º andar – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ
E-mail: professoraediclea.uerj@gmail.com

RESUMO

Os eventos científico-culturais que debatem as questões de acessibilidade são de fundamental importância. Entretanto, é prática comum que tais eventos não possuam recursos de acessibilidade, demonstrando uma dissonância entre teoria e práxis. Desta forma, este artigo identifica alguns recursos que deveriam estar presentes nestes eventos e analisa alguns trechos da Lei Brasileira de Inclusão que garante tais direitos. Por fim, há um relato de experiência de uma pessoa com deficiência visual, especialista em acessibilidade cultural e audiodescrição, frequentador assíduo de tais eventos, que fala de algumas dificuldades já enfrentadas neste circuito.

Palavras-chave: Lei brasileira de inclusão, Tecnologia assistiva, Pessoa com deficiência visual.

ABSTRACT

Scientific-cultural events that discuss accessibility issues are of fundamental importance. However, it is common practice that such events do not have accessibility features, demonstrating a dissonance between theory and praxis. In this way, this article identifies some resources that must be present at events and analyzes some excerpts of the Lei Brasileira de Inclusão that guarantee such rights. Finally, there is an account of the experience of a person with visual impairment, a specialist in cultural accessibility and audio description, a assiduous visitor to such events, who speaks of some difficulties already faced in this circuit.

Key-words: Brazilian inclusion legislation, Assistive technology, Visually impaired person.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de desenvolvimento científico-cultural estimula a produção de eventos para a discussão das mais diferentes temáticas. Dentro deste contexto estão os congressos, seminários, encontros, fóruns e afins. No entanto, para que os diversos públicos estejam engajados de forma igualitária, torna-se necessária a inserção de recursos de acessibilidade com o propósito de atender às especificidades, principalmente das pessoas com deficiência. Segundo o art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) n. 13.146, de 06 de julho de 2015:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

A partir da afirmação desta lei, referente à participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais, este trabalho tem como objetivo promover reflexões sobre os eventos voltados às questões relacionadas às pessoas com deficiência e à acessibilidade. Tais eventos, muitas vezes, não contam com recursos de acessibilidade, contribuindo assim para o processo de marginalização deste público que compõe aproximadamente 24% da população brasileira, segundo dados do Censo de 2010 organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desta forma, serão apontados alguns trechos da LBI, pois se trata de um dos principais documentos que garante os direitos das pessoas com deficiência. Estes trechos abordarão as conquistas das pessoas com deficiência no que se refere ao processo de inclusão, até mesmo nos eventos científico-culturais.

Na sequência, serão apresentados alguns recursos de acessibilidade que devem estar presentes em quaisquer eventos, principalmente nos que tratam das questões de acessibilidade. As características, a aplicabilidade e o público-alvo de cada recurso serão apresentados no decorrer da seção, além dos apontamentos sobre as etapas dos eventos que merecem destaque, como divulgação, inscrição, pagamento de taxa de inscrição, programação, local do evento, serviços disponíveis, apresentações, palestrantes, slides, vídeos, textos, artigos, livros, entre outros.

Por fim, será apresentado um relato de uma pessoa com deficiência visual, consultora em acessibilidade e audiodescrição, assíduo na frequência de eventos relacionados a estas temáticas. Os relatos referem-se desde o contato com o material de divulgação até a finalização do evento.

2 OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM EVENTOS

Nos vinte anos iniciais do século XXI, grandes avanços ocorreram dentro da sociedade como um todo. Uma das áreas que obteve muitos avanços foi a dos direitos voltados às pessoas com deficiência como, por exemplo, as convenções, as declarações e os tratados internacionais, além das leis, dos decretos e das portarias da legislação brasileira. Neste contexto, a acessibilidade está inclusa. Segundo o art. 3, inciso I, da LBI:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015)

Neste panorama da acessibilidade disponível de forma pública, como cita a lei, os eventos estão inclusos, tais como congressos, seminários, encontros, fóruns, entre outros. Tais eventos demonstram a preocupação de parte da sociedade em proporcionar oportunidades de forma igualitária a todos, considerando as suas especificidades. Esta realidade corrobora com as demandas das pessoas com deficiência. Contudo, para que tais eventos ocorram proporcionando a inclusão, é necessária a utilização das tecnologias assistivas, como é citado no inciso III do art. 3º da LBI:

III – tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015)

No que se refere à promoção da autonomia e independência em direção à inclusão, conforme a lei supracitada, os organizadores de eventos devem estar atentos para a inserção de recursos de acessibilidade de forma a atender às demandas dos mais variados públicos. Esses recursos devem ocorrer essencialmente nos eventos que discutem questões relacionadas às pessoas com deficiência e à acessibilidade, mas também nos demais eventos de natureza científico-cultural, como explicitado nesta mesma lei em seu art. 70, *caput*:

Art. 70. As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 desta Lei. (BRASIL, 2015)

A LBI demonstra claramente os recursos que devem ser oferecidos em eventos de caráter científico-cultural. Recursos estes que estão detalhados no art. 67, caput, incisos I e II:

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:
I – subtítuloção por meio de legenda oculta;
II – janela com intérprete da Libras. (BRASIL, 2015)

Desta forma, as pessoas com deficiência têm respaldo, garantido pela legislação brasileira, aos espaços e produtos de maneira acessível.

3 RECURSOS DE ACESSIBILIDADE PARA EVENTOS

Como pudemos verificar anteriormente, a nossa legislação garante recursos de acessibilidade que devem ser disponibilizados para os usuários de forma a garantir a equidade com os demais participantes. Esses recursos devem estar disponíveis de forma acessível, isto é, de maneira que não haja obstáculos para que o usuário usufrua deles.

Todo evento, para ser bem sucedido, deve ter uma boa ação de divulgação. Estratégia que, reiteradamente, é um grande obstáculo para a acessibilidade comunicacional. Os recursos que vão promover o acesso de maneira digna para todos os participantes devem ser pensados desde a pré-produção, pois desta maneira dialogarão de maneira fluída com o evento.

Na atualidade, é prática comum os eventos construírem um site ou blog para disponibilizarem informações, programação, inscrições, entre outros aspectos relevantes. Todavia, faz-se necessário que o conteúdo digital esteja na concepção da acessibilidade web, isto é, que todo o espaço digital se insira nesta categoria, independentemente da tecnologia ou plataforma. Sendo assim, faz com que seja valorizada a democratização ao acesso de informações e ao processo de inclusão, segundo Ventura (2015). No entanto, se o ambiente web estiver em dissonância com os protocolos, como o World Wide Web Consortium (W3C), que tem a pretensão de promover a usabilidade e acessibilidade, o usuário ficará sem acesso ao conteúdo em algum ponto do processo de navegabilidade.

Nesta direção, podemos citar os usuários de leitores de tela. Para contextualizar, leitores de tela são softwares desenvolvidos com o intuito de converter informações textuais em sonoras através de voz sintetizada gerada a partir de um mecanismo próprio.

Estes softwares permitem que os usuários escolham timbre, velocidade e tonalidade da voz a ser ouvida, promovendo a acessibilidade web.

Entretanto, se o ambiente digital não estiver adequado aos protocolos, pode acontecer de os softwares não reconhecerem informações textuais como, por exemplo, botões, elemento muito comum em sites para dar acesso a algum conteúdo específico. Estando este botão sem etiqueta, isto é, sem rótulo/título, os leitores de tela não reconhecerão o texto, mesmo que visualmente seja possível. Frequentemente, tais elementos são construídos na perspectiva visual, em que os textos são disponibilizados em forma de imagem e não de texto puro.

Sendo assim, é importante apresentar a diferença entre textos digitais e digitalizados, confusão recorrente e identificada pelos usuários de leitores de tela. Os textos digitais são aqueles que podem sofrer o processo de formatação, isto é, altera-se a fonte, o tamanho, o estilo, a cor, entre outros elementos voltados à estética textual. No entanto, os textos digitalizados podem ser inacessíveis se forem produzidos em forma de imagem, como foi dito anteriormente, pois os leitores de tela não terão acesso.

As digitalizações feitas a partir de textos prontos é prática muito comum. Atualmente podemos produzir textos digitalizados a partir de escâner, celular e tablet, por exemplo. Este processo é basicamente a captura de um frame que será condicionado no repositório do dispositivo. No entanto, é importante atentar-se para o formato de saída deste texto digitalizado. É preciso escolher a opção OCR (Optical Character Recognition) – reconhecimento ótico de caracteres, pois desta forma o texto se apresentará editável.

Outro elemento encontrado com muita recorrência e de extrema relevância no ambiente web é a imagem. Torna-se necessário valer-se deste elemento para melhor absorção de informações para os interessados no evento. Essas imagens vão desde o logotipo do evento, passando pelas fotografias dos ambientes, onde acontecerão as atividades, até a estrutura do próprio site, nas apresentações de slides e plataforma de videoconferência. Todavia, para que estas imagens estejam acessíveis, principalmente para as pessoas com deficiência visual (cegas ou com baixa visão), é importante a inserção do recurso de acessibilidade comunicacional: a audiodescrição.

A audiodescrição está inserida no escopo da tradução e propõe a conversão do signo visual para o verbal. Toda informação imagética pode ser traduzida para texto de forma que o usuário tenha acesso, por exemplo, ao local do evento com detalhamento da

estrutura, como entradas, saídas, banheiros, comedorias, entre outros. Outra informação imagética que se faz importante traduzir para texto é a localização da equipe de apoio do evento, além da descrição dos palestrantes e de todo material imagético que estiver contido nas apresentações, tais como slides (incluindo sua estrutura: quantidade de lâminas, cor de fundo e caracteres), fotografias, gravuras, gráficos, tabelas, fluxogramas, vídeos e quaisquer outras informações imagéticas.

Este recurso deve estar contido desde o momento da divulgação, passando pelo evento, propriamente dito, e documentos gerados em função do evento que serão disponibilizados posteriormente. Estas descrições podem estar embutidas nas imagens através do recurso de texto alternativo ou texto oculto.

O texto alternativo proporciona a inserção de textos de forma que somente os usuários de leitores de tela são capazes de ter acesso ao conteúdo, isto é, o texto fica embutido por trás da imagem. Com isso, as pessoas não têm acesso ao texto de forma visual, somente através das vozes sintetizadas dos softwares.

Seguindo na direção do que foi tratado sobre as informações imagéticas, devemos lançar mão dos pictogramas: imagens que transmitem um conceito sem o apoio de informação textual. Este recurso é voltado prioritariamente para as pessoas com deficiência intelectual. Os pictogramas são comumente encontrados em espaços públicos, tais como shoppings, rodoviárias, aeroportos, restaurantes, portas de banheiros, escolas, placas de trânsito, etc.

Ainda sobre a divulgação do evento, é importante que esta seja disponibilizada em multiformato, isto é, de maneira que atenda a maior parte do público interessado. As redes sociais digitais e os aplicativos de trocas de mensagens são ótimos canais que possibilitam essa divulgação de forma plena e ágil. Contudo, para que o material de divulgação esteja acessível, é importante distribuí-lo em formato de texto, preferencialmente com linguagem simples, fonte ampliada e alto contraste, beneficiando prioritariamente as pessoas com baixa visão; com audiodescrição se houver informações imagéticas; além da janela de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e da LSE (Legendagem para Surdos e Ensurdecidos).

Além da versão em texto, a divulgação também pode ser elaborada em formato de vídeo ou áudio. Desta forma, a divulgação atende um número muito maior de pessoas e torna-se ainda mais atraente, pois conta com recursos diversos, tais como trilha sonora e

efeitos. Podemos citar ainda o audiotexto que é a leitura de qualquer informação textual, gravada através de um gravador de áudio digital ou em um aplicativo voltado para este fim e disponibilizado para o usuário através de sites, e-mail, redes sociais digitais, além dos aplicativos de trocas de mensagens. A gravação deve ter bom volume de leitura, velocidade equilibrada, boa dicção e qualidade, evitando ruídos.

Além dos audiotextos poderem ser disponibilizados com antecedência para o usuário ir se familiarizando com o evento, também podem ser uma alternativa para as pessoas que não fazem leitura de textos em tinta ou no sistema Braille. Os audiotextos também podem ser disponibilizados no local do evento onde o usuário poderá ouvir a programação e quaisquer outras informações relevantes. Este recurso pode ser propiciado através de celulares, tablets ou mp3-players.

O sistema Braille é um importante recurso de acessibilidade. Ele é composto por seis pontos em alto relevo e, através de sua combinação, pode permitir que, prioritariamente, usuários cegos e com baixa visão possam ler e escrever através da percepção háptica. Deve estar disponível nos eventos para que os usuários tenham acesso à programação e a outras informações importantes. Todavia, é válido ressaltar que, segundo o censo mais recente do IBGE (2010), aproximadamente 80% da população que compõe a comunidade de pessoas com deficiência visual têm baixa visão. Com base nestes dados, sabemos que a minoria das pessoas desta comunidade é usuária do sistema Braille. Com isso, a importância de outras formas de acesso a conteúdos.

Os eventos devem contar com intérpretes/tradutores de LIBRAS, recurso que é voltado prioritariamente para pessoas surdas e com deficiência auditiva. Os profissionais intérpretes são especialistas que estarão à disposição para a tradução de toda informação de divulgação dentro e fora dos sites, além de estarem presentes no local do evento para a tradução simultânea. É aconselhável que tenham pelo menos dois profissionais para o revezamento, pois o trabalho para tradução em LIBRAS requer muito do profissional.

Neste viés de recursos para pessoas surdas e com deficiência auditiva, é importante a utilização da LSE, que é a tradução intralingual, isto é, a conversão da língua oral para a escrita. Apesar de existirem softwares capazes de captarem a fala e converter em textos, é aconselhável que um profissional faça a transcrição em tempo real, evitando uma grande incidência de erros.

No ano de 2020, devido à pandemia de coronavírus, tornou-se necessária a adequação dos meios virtuais para comunicação. Desta forma, os eventos sobre acessibilidade também se adaptaram a esta realidade. Sendo assim, é importante lembrar-se da acessibilidade das plataformas que serão utilizadas por pessoas com e sem deficiência. Para isso, é de extrema importância a presença de um profissional consultor. Este especialista terá condições de avaliar os recursos de acessibilidade de forma técnica, pois é um profissional, mas, principalmente, é um usuário dos recursos. Segundo Monteiro (2018), as pessoas com deficiência são as maiores autoridades para validar e comprovar a qualidade de um produto que atenda às suas especificidades.

Durante os eventos, presencial ou virtual, é importante uma equipe de apoio, principalmente especializada no atendimento às pessoas com deficiência e que esteja preparada para atender às especificidades deste público. Valem estudos e treinamentos anteriores ao evento, de preferência que seja criada uma comissão de acessibilidade.

Durante as apresentações, é aconselhável que os falantes iniciem sua fala fora do microfone, pois assim as pessoas com deficiência visual terão condições de localizar a pessoa no espaço físico. Da mesma forma, é importante ter equilíbrio na velocidade da fala para que os profissionais da LIBRAS e LSE tenham tempo de fazer a tradução e transcrição respectivamente.

4 A TRAJETÓRIA DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM EVENTOS

Aos 36 anos, tornei-me uma pessoa com deficiência visual por conta de uma meningite que ocasionou a perda da minha visão e do meu olfato. A partir deste período, aproximei-me do universo da acessibilidade. Foi uma grande descoberta, pois, assim que saí do hospital após um ano de internação para o tratamento, tinha pensamentos extremamente capacitistas. Acreditava que minha vida havia acabado e que seria considerado um inútil para a sociedade. O primeiro contato que tive com a acessibilidade foi através de uma peça de teatro infantil que contava com o recurso da audiodescrição.

A partir deste dia, a minha vida mudou consideravelmente, pois percebi que havia um mundo de possibilidades e que poderia voltar a frequentar equipamentos culturais, tais como museus, teatros, galerias de arte, salas de concertos, cinemas, entre outros. A minha busca era por locais que apresentassem recursos de acessibilidade. Nesta direção, iniciei meu processo de estudos universitários.

Antes da deficiência eu já era graduado em quatro cursos. Após meu período de transição, concluí mais quatro pós-graduações e atualmente curso o mestrado na área da educação, cultura e comunicação. No entanto, para chegar até este momento, frequentei inúmeros eventos voltados especificamente para as questões da acessibilidade.

Os eventos sempre são recheados de títulos realmente muito atraentes para nós que utilizamos os recursos de acessibilidade na vida diária: Congresso de acessibilidade, Seminário de acessibilidade, Encontro de acessibilidade, Fórum sobre tecnologia assistiva, Encontro de pessoas com deficiência visual, entre outros. Desta forma pude ter contato com novidades tecnológicas para auxiliar na minha vida diária: social, profissional e universitária.

Reconheço a importância destes eventos e a relevância de suas discussões. Todavia, existe uma dissonância entre as propostas embarcadas nos títulos dos eventos com a prática na execução. Esta dissonância já começa no processo de divulgação. Os materiais que são distribuídos em sites, redes sociais digitais e aplicativos de trocas de mensagens, constantemente, são inacessíveis como, por exemplo, imagens com todas as informações do evento de forma que os leitores de tela não têm acesso. Com isso, boa parte da população com deficiência visual, usuária de leitores de tela, como é o meu caso, é excluída. Então, não há condições de obter informações sobre o evento pelo simples fato de não se ter acesso ao texto de divulgação.

Outra questão recorrente são os sites relacionados ao evento. Alguns também trazem informações em forma de imagem, além de terem formulários de inscrição inacessíveis, isto é, o leitor de telas não consegue identificar os nomes dos campos que necessitam ser preenchidos. Geralmente, para a conclusão da inscrição em determinado evento, é necessário o pagamento de taxa. Com isso, muitas vezes é necessário que o interessado seja um técnico na área da informática para conseguir driblar os obstáculos até o momento da impressão do boleto para pagamento. Sem mencionar que por vezes o boleto também não é acessível, fazendo com que o futuro participante não tenha condições de conferir os dados contidos no documento.

A programação dos eventos, por vezes, é disponibilizada em forma de tabela. Apesar de os leitores de tela terem condições de fazer a leitura, ela torna-se poluída e cansativa, pois o software faz a varredura informando para cada célula o número das linhas e das colunas correspondentes. Com isso, a leitura fica truncada e compromete o

entendimento global. Situação semelhante ocorre nos materiais que são disponibilizados pelo evento, como apostilas, artigos, textos, livros, etc. Estes geralmente trazem uma formatação estritamente visual, fazendo com que os leitores de tela façam a leitura de tais informações em cada mudança de página, por exemplo, cabeçalhos, rodapés, ornamentos decorativos, nome dos materiais escritos na vertical, entre outras. Vale ressaltar que a acessibilidade deve ser pensada para todos os públicos, não podendo beneficiar apenas uma parte em detrimento de outros. É preciso encontrar um equilíbrio.

Na chegada em eventos presenciais, é prática comum os participantes receberem fôlderes, livretos, panfletos, entre outros com a programação. Infelizmente, na maioria deles, inclusive os que tratam da temática acessibilidade, são disponibilizados somente no formato em tinta. Prática que exclui o público que é leitor do sistema Braille ou aqueles que necessitariam desta programação em áudio. Como frequentador assíduo de eventos voltados para estas discussões, tenho o hábito de sempre pedir a programação em Braille ou em áudio. Desta forma, vamos sinalizando para a equipe de produção sobre a necessidade de tecnologias assistivas nos eventos.

Como sou uma pessoa com deficiência visual advéncia tardia, ou seja, passei a transitar no universo da deficiência visual já na vida adulta, tenho interesse em diversos aspectos que para muitas pessoas com deficiência congênita pode não ser tão relevante como, por exemplo, as informações imagéticas. Quando estou em um evento, gosto de saber como é o espaço e seus elementos, como são as pessoas que estão palestrando em relação às características físicas, vestimentas, acessórios e ações. Também tenho interesse pelas imagens que são projetadas, em sua maioria através de slides, além de interessar-me pelo conteúdo dos vídeos que são apresentados.

Diferentemente do que se pensa, é muito comum as pessoas não se prepararem para acessibilizar os produtos que serão apresentados. Quando percebem a presença de uma pessoa com deficiência visual na plateia, tentam elaborar uma audiodescrição improvisada, prática que deve ser abolida. Como consultor em audiodescrição, tenho plena consciência da importância e da seriedade da elaboração dos roteiros de audiodescrição que devem ser estudados, pesquisados e confeccionados em parceria com uma equipe.

Quando os eventos contam com uma equipe profissional de audiodescrição, outras questões podem ser solucionadas, além da tradução de imagens utilizadas nas

apresentações. A partir da audiodescrição, o usuário com deficiência visual terá condições de ter acesso a informações sobre os espaços disponíveis no local, como banheiros, comedoria, lanches que são servidos, equipe de apoio, entre outros. Inúmeras vezes, estive em eventos onde as pessoas levantavam-se para fazer um lanche e, pelo fato de não haver audiodescrição, não tive condições de saber que naquele espaço havia uma mesa que oferecesse esse suporte. São situações simples e corriqueiras que geram o sentimento de exclusão.

Finalmente, o despreparo da equipe que lidará com a pessoa com deficiência visual é um grande entrave para a sensação de acolhimento. Todos nós desejamos nos sentir bem em qualquer local em que estamos. Queremos ser bem acolhidos e bem tratados. Isso não é diferente para as pessoas com deficiência visual. Entretanto, é muito comum a equipe demonstrar grande insegurança ao prestar auxílio para este público.

Em relação às equipes dos eventos, o nervosismo fica aparente e condutas incorretas são executadas, provocando desconforto para o participante, por exemplo, já tive que aguardar na recepção de eventos por vários minutos até que alguém pudesse prestar um auxílio e, quando o evento possuía algum equipamento de tecnologia assistiva, a espera era grande para recebê-lo. Outro fato é o acompanhante guiando de forma extremamente lenta sem atentar-se para as minhas condições físicas. Por isso, é a importância da consultoria em todas as fases de elaboração de um evento de acessibilidade, pois reduzirá de forma considerável estes enganos que são recorrentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos que abordam as questões de acessibilidade na perspectiva científico-cultural são de fundamental relevância para o avanço e a promoção da inclusão. Nestes eventos, muitas discussões tratam, entre outras temáticas, sobre os recursos de tecnologia assistiva. Recursos estes que promovem a autonomia e independência da pessoa com deficiência.

No entanto, a partir do relato de uma pessoa com deficiência visual, especialista em acessibilidade cultural e audiodescrição, que circula ativamente entre tais eventos especializados, é perceptível a carência de recursos de acessibilidade. Fato que demonstra uma dissonância entre a teoria e práxis.

Recursos, como rampas de acesso, banheiros adaptados, piso podotátil, barras de apoio, elevadores adaptados, corrimãos para as diferentes alturas, texto em tinta com fonte

ampliada e em alto contraste, audiotexto, audiodescrição, LIBRAS, LSE, linguagem simples, pictogramas, pranchas de comunicação, entre outros, devem estar presentes em todos os eventos de quaisquer temáticas.

A Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência n. 13.146, de 06 de julho de 2015, é um dos principais documentos para a garantia de direitos da pessoa com deficiência dentro da legislação brasileira. Tal documento aponta, explicitamente, a necessidade da inserção dos recursos de acessibilidade nas mais diversas áreas de convivência deste público, inclusive nos locais que se propõem a promover eventos de temática especializada.

A partir dos dados do censo de 2010, elaborado pelo IBGE, sabemos que quase 24% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, parte expressiva da nossa população. Desta forma, é preciso ter consciência da necessidade da integração de todos, independentemente de suas especificidades.

Cada vez mais o público com deficiência quer sair da margem, pertencer aos espaços e a todos os tipos de serviços que estes ofereçam. Para isso, torna-se necessário derrubar os obstáculos que impedem esse desenvolvimento da sociedade, principalmente no que tange ao quesito atitudinal. Temos que estar abertos e preparados para receber e acolher os mais diferentes públicos, sem qualquer tipo de distinção e principalmente sem o olhar capacitista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. Tecnologia assistiva. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/tecnologia_assistiva/_assistiva/Tecnologia_Assistiva.html. Acesso em: 13 jan. 2020.

MONTEIRO, Felipe Vieira. Análise de lexias “tabus” na audiodescrição de imagens estáticas de sexo explícito no filme “A história da eternidade”. UECE, 2018. 54 f. TCC (Especialização em Tradução audiovisual acessível: audiodescrição) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=85501>. Acesso em: 15 set. 2020.

VENTURA, Kátia Santiago. Entre o acessável e o acessível: implicações dos padrões de acessibilidade para o acesso às informações públicas em universidades federais brasileiras. Orientadora: Sandra de Albuquerque Siebra. UFPE, 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16944>. Acesso em: 07 set. 2020.